ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA	**:**	**AC01-G.JRPC-730/2014**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/6522/2014
PROTOCOLO	**:**	1489149
ÓRGÃO	**:**	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
RESPONSÁVEL	**:**	MURILO ZAUITH
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 16/2013
RELATOR	**:**	CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

EMENTA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REGULARIDADE.

É regular o procedimento de inexigibilidade de licitação, por meio do qual hajam sido cumpridos os requisitos da lei e do regulamento e não haja vício na documentação apresentada ao Tribunal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 16ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 30 de setembro de 2014, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade do procedimento de Inexigibilidade de Licitação n. 16/2003, realizado pela Administração Municipal de Dourados, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Campo Grande, 30 de setembro de 2014.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral - Relator

RELATÓRIO

Versam os autos em análise sobre o procedimento de inexigibilidade de licitação realizado pelo Município de Dourados, objetivando o credenciamento de instituições para ensino nas áreas de dança, teatro e artes visuais -Projeto palco para todos, havendo sido a matéria apreciada pelos técnicos da 1ª Inspetoria de Controle Externo e considerada regular, conforme consta da Análise n. 9534/2014 (peça n. 10).

Posteriormente, a autoridade do Ministério Público de Contas, em manifestação sobre o assunto, emitiu o Parecer GAB.5DR.TMV/SUBSTITUTO-9881/2014 (peça n. 11) e opinou "*pela legalidade e regularidade da inexigibilidade de licitação acima especificada, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o art. 120, I, 'a' e art. 122, I e II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 20 13.*".

É o Relatório.

V O T O

Dos autos verifico que a inexigibilidade de licitação encontra-se em consonância com as disposições dos instrumentos da legislação aplicável. Desse modo, não há óbice para a declaração da sua regularidade.

Diante do exposto, acolho os posicionamentos firmados pela Inspetoria competente e pelo representante do Ministério Público de Contas e voto nos termos de: declarar regular o procedimento de inexigibilidade de licitação n. 16/2003, do Município de Dourados, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Depois de julgada a matéria deste processo, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, consoante à regra do art. 4º da Orientação Técnica Interna n. 3, de 2010.

É como voto.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro relator e proferida no sentido de declarar a regularidade do procedimento de Inexigibilidade de Licitação n. 16/2003, realizado pela Administração Municipal de Dourados.

Presidência do Exmo. Sr. Ronaldo Chadid

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Waldir Neves Barbosa e Ronaldo Chadid

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas

Campo Grande, 30 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator